

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

2017

FOTO: RUI REZENDE



APRESENTAÇÃO

Ao longo do ano de 2017, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) enfrentaram momentos desafiadores no seu trabalho de construir e manter políticas e ações para a sustentabilidade ambiental da Bahia. Os obstáculos foram transformados em oportunidades, e fizemos deles nossa porta de entrada para estabelecer um diálogo mais franco e próximo com os interlocutores e parceiros dos diversos setores interessados na política de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos no estado.

O maior dos obstáculos foi, sem dúvida, a escassez hídrica, que nos moveu a buscar ações imediatas e a dar passos consistentes para uma mudança mais profunda em longo prazo. Avançamos em tecnologia, em gestão, e tivemos uma grande conquista, que foi a aprovação, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), das diretrizes para a cobrança e financiamento das estratégias de proteção e reprodução da água. A resolução aprovada no Conselho é o primeiro passo para desenvolvermos uma cultura de mais responsabilidade com o uso da água, permitindo seus múltiplos usos e amenizando antigos conflitos. Iniciamos ainda o Cadastro de Usuário de Água, entregamos novos Planos de Bacias Hidrográficas e instalamos novos instrumentos tecnológicos para o monitoramento da água: resultados concretos que sinalizam para 2018 um cenário de mais cuidado com o valioso recurso hídrico da Bahia.

Ainda falando sobre água, garantimos a continuidade do Programa Água Doce na Bahia, um montante de R\$ 27 milhões, importante recurso para a implementação de novos sistemas de dessalinização de água subterrânea em municípios do semiárido.

Avançamos nos projetos do Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA Bahia), no qual destaco as ferramentas tecnológicas de serviços ao cidadão (SEIA, PEIA e MAP), o programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que nos permitiu iniciar o fortalecimento dos órgãos ambientais municipais, e o Projeto Cachoeira, que implementou um belíssimo trabalho de revitalização da bacia do rio Cachoeira. Também foi o PDA Bahia que deixou um legado de relevância estratégica: a



reforma e mudança da sede da Secretaria do Meio Ambiente para o mesmo prédio do Inema, permitindo uma atuação mais integrada entre os órgãos.

Temos muito a comemorar pelo ano que se encerrou. O ano de 2017 foi de articulação e união com importantes parceiros, como o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia e as brigadas voluntárias, no âmbito do Bahia Sem Fogo e do Projeto Cerrado, este último lançando cuidado para a proteção e revitalização das bacias dos Rio Grande e Rio Corrente.

O esforço conjunto de técnicos e gestores da Sema e Inema resultou ainda no encaminhamento de novos marcos legais, como a publicação da Lista de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção, Pagamento por serviços ambientais e Reposição florestal.

Que 2018 seja de muito mais trabalho! E que seja, sobretudo, tempo de colheita deste ano de muito esforço e dedicação que empreendemos para aprimorar as bases da gestão ambiental e de recursos hídricos na Bahia.

Geraldo Reis
Secretário do Meio Ambiente

04	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – CAR/CEFIR	
	PROJETO CERRADO	05
06	GESTÃO DA ÁGUA	
	PROGRAMA BAHIA SEM FOGO	10
12	PROGRAMA ÁGUA DOCE	
	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	13
14	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – PDA BAHIA	
	LICENCIAMENTO	19
20	MARCOS LEGAIS	
	ARTICULAÇÃO	22



BAHIA DÁ SALTO NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

SEMA E INEMA FECHAM 2017 COM 247.865 CADASTROS DO CAR/CEFIR REALIZADOS

A Sema e o Inema chegaram ao final de 2017 registrando 247.865 proprietários de terras de até quatro módulos fiscais inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir). O número representou um salto diante dos 29.635 cadastros realizados até janeiro de 2017, conquista do grupo de trabalho criado para acompanhar e monitorar o desempenho das empresas contratadas para o serviço, além de um planejamento de comunicação e o fortalecimento da parceria com as prefeituras municipais, secretarias e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Do total de cadastros realizados pela Sema e Inema, foram realizados 218.506 pela parceria com o BNDES e 25.829 pelo PDA Bahia e Projeto Cerrado. Outros órgãos também realizaram o cadastro de pequenas propriedades no estado, assim, Bahia contabilizou, ao final de 2017, 378.989 cadastros inseridos no CAR/Cefir.

Acompanhando o governador Rui Costa, o secretário Geraldo Reis realizou entrega de certificados do CAR/Cefir em diversos municípios do interior da Bahia, oportunidade em que conheceu agricultores beneficiados com a garantia do acesso ao crédito e a valorização de suas terras.





PROJETO CERRADO COLABORA PARA PRESERVAR AS BACIAS DO OESTE

PROJETO REALIZOU, EM 2017, CERCAMENTO DE 200 KM DE NASCENTES, CADASTRAMENTO NO CEFIR E AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

A Sema realizou, com o Projeto Cerrado, o cercamento de 200 km de nascentes e áreas de preservação permanente (APP), estabilização de voçorocas, oficinas práticas voltadas para a temática da restauração e do meio ambiente, em 17 comunidades rurais nas Bacias dos Rios Corrente e Grande no oeste da Bahia. O Projeto também realizou intercâmbios para conhecimento de experiências exitosas com agricultura sintrópica, educação ambiental, sensibilização, orientação técnica, implantação de viveiros, utilização de maquinário de baixo impacto no manejo do solo e a restauração florestal produtiva por meio da implantação de sistemas agroflorestais (SAF).

O investimento do Projeto Cerrado na estratégia de revitalização de microbacias foi da ordem de aproximadamente R\$ 4 milhões, com atividades iniciadas em 2016, e consolidação em 2017. Também foram investidos mais R\$ 5,6 milhões para cadastramento gratuito no Cefir de pequenas propriedades rurais de até 4 módulos



fiscais, beneficiando 28.580 agricultores familiares.

O projeto realizou ainda o Mapeamento de Experiências Socioambientais, Intercâmbios de Experiências Socioambientais, treinamentos para brigadas e distribuição de kits de combate a incêndios florestais. Foram beneficiados os municípios de Correntina, Jaborandi, Cocos, Coribe, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Mansidão.

O Programa é fruto do Acordo de Doação, firmado entre Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem), com o aporte de recursos provenientes do Fundo Fiduciário de Mitigação das Mudanças Climáticas no Cerrado Brasileiro, constituído por meio de doação do Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra), órgão do Reino Unido.



CONERH APROVA RESOLUÇÃO QUE VAI ORIENTAR COBRANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS

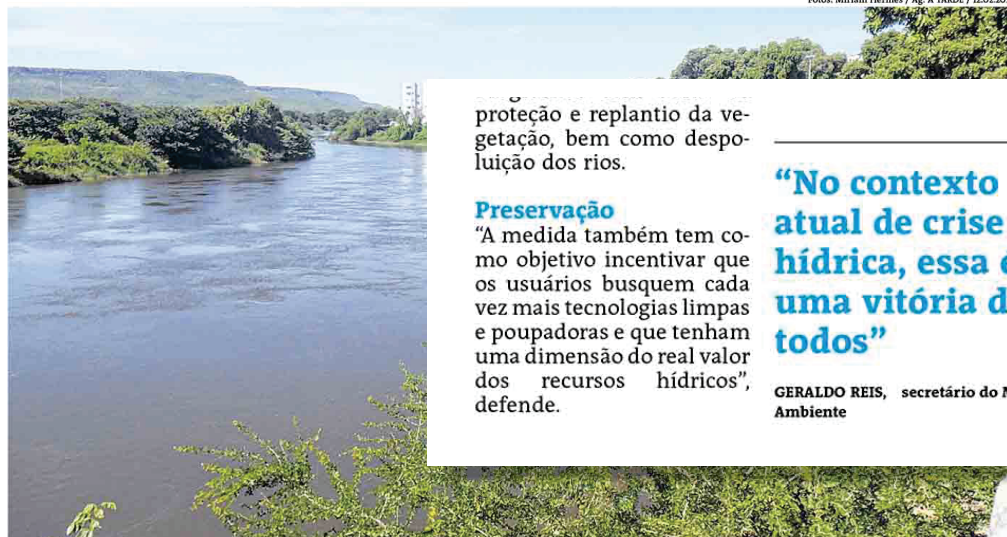
O Conselho Estadual dos Recursos Hídricos da Bahia (CONERH) aprovou, em dezembro de 2017, a resolução que dispõe sobre as diretrizes e critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado da Bahia. A aprovação resulta de um longo período de debates entre representantes dos usuários dos recursos hídricos, da sociedade civil e do poder público sobre a pauta, e é o primeiro passo nos trâmites formais para a implementação da cobrança.

O presidente do conselho e secretário do Meio Ambiente, Geraldo Reis, defendeu a aprovação da resolução. “No contexto atual de crise hídrica, de conflitos sociais e de disputa econômica pelos recursos hídricos, essa é uma vitória de todos. Uma clivagem na história da gestão dos recursos hídricos no estado”, comemorou. “O financiamento é um instrumento para garantir eficiência na gestão da água, com retorno e gestão direta pelos comitês de bacia em cada Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) da Bahia. Quem explora os recursos passará a contribuir financeiramente com as estratégias para sua preservação”, disse.

MEIO AMBIENTE Norma estabelece diretrizes para implantação da cobrança pelo uso da água

Resolução que define critérios para uso de recursos hídricos é aprovada

Fotos: Miriam Hermes / Ag. A TARDE / 12.02.2018



proteção e replantio da vegetação, bem como despoluição dos rios.

Preservação

“A medida também tem como objetivo incentivar que os usuários busquem cada vez mais tecnologias limpas e poupadoras e que tenham uma dimensão do real valor dos recursos hídricos”, defende.

“No contexto atual de crise hídrica, essa é uma vitória de todos”

GERALDO REIS, secretário do Meio Ambiente

Jornal
A TARDE

tidades que atuam na área ambiental, em relação ao levantamento dos reais usuários das águas.

Para Mayr, que representa o terceiro setor no CBHRG, por meio da Agência 10envolvimento, é necessário “um rígido cadastramento das captações e um sério controle sobre quanto é retirado por cada um dos usuários”.

Cobrança tem como uma das metas somar recursos para recuperar bacias hidrográficas com obras de proteção e replantio da vegetação



NOVOS PLANOS DE BACIAS APROVADOS

Avançando no cuidado com a água, foram finalizados e aprovados em 2017 três Planos de Bacias Hidrográficas: Plano das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré; Plano das Bacias Hidrográficas dos rios Paramirim e Santo Onofre; e Plano da Bacia hidrográfica do rio Salitre. Aceitação dos Planos pelos respectivos Comitês possibilita a gestão mais efetiva e sustentável dos recursos hídricos, no que diz respeito à quantidade e à qualidade da água, de modo a possibilitar os usos múltiplos de forma sustentável em benefício das presentes e futuras gerações.

A elaboração desses instrumentos de política da gestão das águas é um esforço do Governo da Bahia, por

meio da Sema e Inema, através do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e de Recursos Hídricos - SWAP Bahia, com financiamento do Banco Mundial. Os planos com suas respectivas Propostas de Enquadramento dos Corpos de Água obtiveram recursos estimados em R\$ 11,3 milhões. O objetivo é beneficiar as bacias que são afluentes do Rio São Francisco e se caracterizam pela escassez de água e necessidade de um gerenciamento efetivo deste recurso, por serem regiões onde ocorrem sérios conflitos pelo uso da água.

Encontram-se em elaboração mais dois planos, da Bacia Hidrográfica do Recôncavo do Sul e da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, com recursos estimados em R\$ 5,1 milhões, que possibilitarão a realização do Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos e o enquadramento dos corpos de água segundo seus usos preponderante.



IMPLANTADOS NOVOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DA ÁGUA



O Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e de Recursos Hídricos - SWAP Bahia implantou, ao longo do ano de 2017, no estado, 55 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) de Água Subterrânea, de Clima e Hidrológica, ou seja, estações para monitorar os níveis das águas subterrâneas, dos rios e de clima/chuva, com

tecnologias de transmissão via satélite, além de Unidades de Monitoramento Remoto (UMR) para coleta de dados de qualidade da água.

O investimento destes itens somam valor superior a US\$ 3 milhões, sendo que o valor total do Programa SWAp é de US\$ 12 milhões (cerca de R\$ 28,6 milhões), provenientes de financiamento do Banco Mundial. O objetivo do projeto é modernizar e tornar mais eficiente os processos de monitoramento hidrometeorológico no estado da Bahia, em particular nas bacias hidrográficas dos rios Paramirim/Santo Onofre, Verde/Jacaré, Salite e Itapicuru, áreas de influência do projeto.

A ação permitirá, pela primeira vez na Bahia, acompanhar e avaliar as relações de causa e efeito entre o regime de chuvas e a disponibilidade hídrica subterrânea e de superfícies nas bacias atendidas.

Programa SWAP - O SWAP Bahia agrega ainda outros projetos, a exemplo do AVA (Agentes Voluntários da Água), que realizou a formação de 913 agentes, em parceria com a Secretaria de Saúde e a Cerb, etapa 100% concluída. Também foram concluídos, pelo programa, os relatórios de qualidade e quantidade da água no Estado da Bahia e nas bacias de atuação, e o projeto Rede de Monitoramento Integrado das Águas Subterrâneas e Hidrologia e Clima. Ao todo, são 17 projetos pactuados pelo programa SWAP com o Banco Mundial.

AVANÇO NO CADASTRO DO USUÁRIO DE ÁGUA

O Cadastro de Usuários de Água possibilita conhecer os diversos usos e usuários de recursos hídricos, formando um rico banco de dados com informações para subsidiar a implantação de políticas públicas que garantam uma gestão democrática, sustentável e integrada dos recursos hídricos. Financiado pelo PDA Bahia, com investimentos da ordem de R\$ 1.126.771,50, e também pelo contrato do projeto Swap, com investimentos de R\$ 448.750 mil, a Sema e o Inema avançaram, em 2017, com o cadastramento. Foram 14 mil registros inseridos no ano, no Módulo CERH/SEIA, totalizando cerca de 19 mil cadastros.

O registro é obrigatório para todo usuário que capta água em rios, lagoas, lagos naturais ou através de poços, que realiza lançamentos (rejeitos industriais e domésticos), que possui barramentos ou faz intervenções em cursos d'água como pontes e passagem molhada.

O cadastramento contempla empreendimentos, como indústrias e fazendas, e residências que captam água de forma direta. Inclui os serviços de cadastro, retificação ou ratificação dos usos e usuários das Regiões da

Planejamento Gestão das Águas (RPGAs) do Rio Paraguaçu e do Recôncavo Norte e Inhambupe e nas Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.



SEMA COORDENA PLANO DE ENFRENTAMENTO À CRISE HÍDRICA EM CORRENTINA E REGIÃO



O Governo do Estado mapeou intervenções em um Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável com Foco em Recursos Hídricos para o município de Correntina. Coordenado pela Sema, o documento apresenta um conjunto de ações para o enfrentamento à crise hídrica na região. Uma das ações foi a notificação do Inema, publicada no dia 21 de novembro de 2017, exigindo que irrigantes cumpram a condicionante de instalação de medidores individuais de captação de água. Os produtores devem instalar, operar e manter um sistema de medição da vazão consumida em todos os pontos de captação (hidrômetro) e deixar os dados à disposição do órgão. O não atendimento ocasionará a cassação da outorga concedida.

Em médio prazo, ainda na área hídrica, o documento inclui os planos de bacia dos rios Grande e Corrente, a implantação de 12 estações hidrológicas para acompanhar os níveis de vazão e serviços de imagens de satélite e drone para identificação de áreas degradadas em nascentes e rios.

Foram licitadas a contratação de serviço para realização do Cadastro de Usuário de Água na região, através de pregão eletrônico com investimento da ordem

de R\$ 800 mil. A expectativa é realizar de 3.500 a 4.000 cadastros, ferramenta de fundamental importância para consolidar o diagnóstico sobre a situação da bacia do Rio Corrente, em especial, do Rio Arrojado.

Para a gestão ambiental, a proposta inclui algumas ações já iniciadas no âmbito da Sema, no município de Correntina, como o cercamento de nascentes, a regularização ambiental dos imóveis rurais de até quatro módulos fcais, implantação de viveiros comunitários, instalação de estações meteorológicas e a realização de Encontros Territoriais de Educação Ambiental.



GOVERNO INVESTE R\$ 20 MILHÕES NO PROGRAMA BAHIA SEM FOGO

O trabalho de prevenção e combate ao fogo ficou mais ágil em 2017. Dando continuidade às ações integradas para o combate, monitoramento e fiscalização dos incêndios e queimadas no Estado da Bahia, implementadas através do Programa Bahia Sem Fogo, sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, o governo realizou, este ano, o investimento de R\$ 20 milhões no monitoramento e

prevenção de focos de fogo, por meio da contratação de 2.500 horas de voo de helicópteros e aeronaves. O emprego de equipamentos de ponta garantiram a estrutura necessária para a execução do programa e passaram a ser utilizados sempre que identificada a necessidade pelas equipes do Corpo de Bombeiros.



CARAVANA BAHIA SEM FOGO REALIZOU AÇÕES DE PREVENÇÃO A QUEIMADAS

No âmbito do Programa, também foi realizada, de maio a dezembro de 2017, a segunda edição da Caravana Bahia Sem Fogo. A Caravana promoveu debates, oficinas de educação ambiental, rodas de conversas, discussões temáticas e entrega de materiais socioeducativos para professores, sindicalistas rurais, lideranças comunitárias, agricultores, brigadistas voluntários, guias turísticos, agentes de saúde, agricultores, entre outras lideranças capazes de multiplicar os conhecimentos ensinados. A ação percorreu onze cidades baianas com maior incidência de incêndios - Jaguarari, Senhor do Bonfim, Saúde, Pindobaçu, Jacobina, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Formosa do Rio Preto, Barreiras e São Desidério.



SEMA E INEMA ENTREGAM KITS PARA BRIGADISTAS

A Sema e o Inema realizam a distribuição de kits com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de combate a incêndios para brigadistas. A iniciativa, que faz parte das ações da Caravana Bahia Sem Fogo e do programa Bahia Sem Fogo, investiu aproximadamente R\$ 1,6 milhão em materiais e fardamento para distribuição às brigadas que atuam nas ações de combate a incêndios florestais na Bahia.

As ações integraram o Programa Bahia Sem Fogo, Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios

Florestais da Bahia, coordenado pela Sema, que conta com a participação do Inema, da Casa Militar do Governador (CMG), da Secretaria da Segurança Pública (SSP), da Secretaria da Saúde (SESAB), da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), Secretaria da Educação (SEC), Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), Secretaria de Turismo (SETUR) e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA), atualmente.



GESTÃO DA SEMA GARANTIU CONTINUIDADE DO PROGRAMA ÁGUA DOCE NA BAHIA

GESTÃO POR RECURSOS RESULTOU EM BENEFÍCIO PARA MAIS 150 COMUNIDADES BAIANAS QUE SOFREM COM A SECA

Em abril de 2017, a Sema realizou o II Encontro Estadual do Programa Água Doce (PAD), evento que reuniu representantes de 37 municípios do semiárido baiano. Na oportunidade, foram apresentados os resultados da primeira etapa do programa, que realizou obras de implantação e recuperação de 145 sistemas de dessalinização de água de poço, com aplicação de R\$ 22 milhões em 25 municípios do Estado da Bahia, visando atender o objetivo do programa que é oferta de água de boa qualidade em regiões áridas. Em 2017, foram aplicados R\$ 928 mil.

Para garantir a continuidade do programa na Bahia, a Sema empreendeu esforços, com sucesso, para trazer recursos para a II etapa. Com licitação de obras já concluída, garantiu-se a implementação de mais 150 sistemas de dessalinização, no valor de R\$ 27 milhões, para atender 45 municípios, beneficiando 10 mil famílias.

O Programa Água Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal, coordenada, na Bahia, pela Sema. Visa a estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização.



EXECUTADOS R\$ 2,9 MILHÕES EM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

EM 2017, BAHIA INICIOU EXECUÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CUMPRINDO LEGISLAÇÃO DE 2006

O Governo da Bahia, por meio da Sema e do Inema, realizou em 2017 uma grande conquista para a área ambiental. Foram destravados processos que permitiram iniciar a execução dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental, beneficiando Unidades de Conservação (UCs) da Bahia. Ao longo do ano, três empreendimentos aplicaram cerca de R\$ 2,9 milhões, pela modalidade direta, em UCs do estado, colocando em prática a Lei estadual 10.431 de 2006, e a Lei federal 9.985 de 2000.

Os recursos aplicados em 2017 beneficiaram as UCs Estação Ecológica do Rio Preto, APA Joanes/Ipitanga e Parque Natural Municipal Bosque da Nascente do Rio Jiquiriçá. Foram executados projetos de cercamento e georeferenciamento, projetos socioambientais, obras de infraestrutura e plano de manejo.

Com o esforço de gestão, a Sema prevê para o ano de 2018 uma execução de cerca de R\$ 6,5 milhões, reduzindo de forma mais significativa o déficit de cerca de R\$ 30 milhões acumulado por empreendimentos para a compensação ambiental.

Os avanços para 2018 também acontecem na forma de execução, que, além da modalidade direta, em que a empresa paga diretamente pelas obras e projetos, poderá ser feita na modalidade indireta. O novo modelo, que está sendo desenvolvido com a colaboração da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do Ministério Público, vai permitir a realização de edital de chamamento público para selecionar entidades especializadas para executar as ações de compensação ambiental.



Projeto Gestão Ambiental: Participação Social, Educação Ambiental e Comunicação executado na APA Jones/Ipitanga.



SEMA E INEMA AVANÇAM NA EXECUÇÃO DO PDA BAHIA



Ao longo do ano de 2017, a Sema e o Inema avançaram nas entregas referentes ao Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA Bahia), realizado por meio de parceria firmada entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), celebrado em 2012. Foi realizado um conjunto de atividades de gestão e projetos inovadores, sustentáveis, articulados e participativos em áreas de especial interesse ambiental em duas regiões do Estado: Região Metropolitana de Salvador e Bacia do Leste. O valor total investido é da ordem de US\$ 16,7 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 53,4 milhões. Na gestão 2017, a Sema imprimiu esforços para cumprir e entregar investimentos em áreas estratégicas para o Sistema Estadual e as Políticas de Meio Ambiente no âmbito do PDA Bahia.

CONFIRA OS PRINCIPAIS PROJETOS ENTREGUES NO PERÍODO.

PRINCIPAIS ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PDA BAHIA EM 2017

Recuperação Florestal na APA Lago de Pedra do Cavalo

Ampliação do Módulo de Avaliação Preliminar – MAP

Cadastro Ambiental Rural - CAR/Cefir

Painel Estadual de Indicadores Ambientais – PEIA

Novas funcionalidades do SEIA

Projeto de Revitalização da Bacia do Cachoeira

Cadastro do Usuário de Água

Planos de Recursos Hídricos para as Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe e Paraguaçu

Modernização do sistema de monitoramento da água e clima

Mapeamento da Cobertura Vegetal

Gestão Ambiental Compartilhada – GAC

Nova sede da Sema e infraestrutura das URs

INVESTIMENTOS APRIMORAM FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE APOIO À DECISÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de apoiar a decisão e o planejamento na área ambiental, a Sema e o Inema realizaram e aprimoraram diversas ferramentas de tecnologia e informação, trabalho que rendeu frutos ao longo do ano de 2017. O Sistema Ambiental da Bahia ganha insumos para uma gestão mais eficiente do seu território e proteção do meio ambiente.

CONCLUÍDO O PAINEL ESTADUAL DE INDICADORES AMBIENTAIS - PEIA

Foi desenvolvido o Painel Estadual de Indicadores Ambientais (PEIA), que permite o acompanhamento de importantes indicadores de qualidade e gestão ambiental. O PEIA estabelece indicadores ambientais oficiais para o Estado. Após processo participativo com diferentes instituições estaduais, foram definidos os principais indicadores que compõem o PEIA, na sua versão digital e impressa, com detalhamentos de suas descrições, gráficos, formas de cálculo e fontes das informações. Em uma ferramenta online (versão digital) de processamento analítico de dados, poderão ser feitas consultas dinâmicas e análises variadas. O PEIA está em fase final de implementação e auxiliará os processos de tomada de decisão ambiental em diversos níveis (Estadual, Territorial, Municipal, etc.), aumentando a capacidade de gestão e controle social.

MAPEAMENTO DA COBERTURA VEGETAL FOI REALIZADO NA ESCALA DE 1:50.000

Cerca de 20 anos após o primeiro mapeamento da cobertura vegetal do estado, realizado em 1997, na escala de 1:100.000, a Sema realiza um novo mapeamento, em escala quatro vezes mais precisa. O Mapeamento da Cobertura Vegetal do Estado apresenta cartas dos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, na escala de 1:50.000, conformando a base contínua do Estado, compilando informações de grande relevância para o controle da supressão vegetal, fiscalização e monitoramento, além do planejamento da conservação. O mapeamento mostra a fitofisionomia - tipos de vegetação de cada bioma -, com seus diferentes níveis de classificação e detalhe, apresentando informações dos diversos estágios de

regeneração. Esta informação é essencial para a aplicação da Lei da Mata Atlântica, que traz diferentes exigências ambientais para cada estágio. O trabalho está disponível no geobahiamap.seia.ba.gov.br.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS GANHA NOVAS FUNCIONALIDADES

Foram implementados avanços no Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA), plataforma da gestão ambiental do Estado que integra atividades de controle, planejamento e ordenamento territorial e padrões de qualidade. O SEIA, um dos marcos da nova etapa na gestão ambiental da Bahia, é uma ferramenta que disponibiliza serviços on-line ao cidadão e apóia os gestores e técnicos ambientais na análise dos atos declaratórios e licenciáveis. Em 2017, destacam-se os novos módulos implantados, como o Cadastramento de Usuário da Água e de Fiscalização, o aprimoramento do módulo do Cefir, e o SEIA Municípios, plataforma disponível para a gestão ambiental dos municípios. Diversas outras intervenções foram feitas para tornar o sistema cada vez mais eficiente e rápido no atendimento da população, um cenário que deve permanecer em constante evolução, uma vez que a ferramenta se consolidou como a maior e mais importante arma para modernização na gestão da pasta, levando a Bahia a uma posição de destaque e pioneirismo no cenário nacional em relação ao tratamento tecnológico das questões do meio ambiente.





LANÇADO O MÓDULO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR (MAP)

Em maio de 2017, foi lançado o Módulo de Avaliação Preliminar (MAP), plataforma online de análises geoespaciais que fornece informações estratégicas para a tomada de decisão de investimentos públicos e privados. Após seu lançamento, novos investimentos, no âmbito do PDA Bahia, permitiram ampliar a abrangência dos tipos de atividades econômicas, inclusão de novas ferramentas e melhoria de sua capacidade de análise, com a inclusão de cenários simulados

de expansão econômica das várias atividades. Dentre as finalidades do MAP, vale destacar as análises preliminares para implantação de empreendimentos e a sinalização de áreas críticas de especial relevância socioambiental ou vulneráveis a um determinado tipo de empreendimento. O MAP é integrado ao portal GEOBAHIA, do Governo do Estado, e está disponível para consultas pelo link <http://geobahiamap.seia.ba.gov.br>.

NOVA SEDE DA SEMA APROXIMA ÓRGÃOS AMBIENTAIS

O fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente passa pela estruturação dos órgãos estaduais e pelo fortalecimento institucional das unidades descentralizadas do Inema. Assim, o PAD Bahia investiu na melhoria da infraestrutura e instrumentos das unidades dos órgãos, adquirindo equipamentos físicos e bens móveis. Ao investir na reforma e mudança para a nova sede da Sema, que passou a funcionar no mesmo prédio do Inema, facilitou-se também a integração entre os órgãos.

As aquisições para as Unidades Descentralizadas do Inema incluem unidades de monitoramento remoto, computadores, scanner, móveis, aparelhos GPS, aparelhos de TV LCD, telas de projeção, veículos, aparelhos de DVD,

binóculos de longo alcance, câmeras fotográficas, aparelhos de ar condicionado, forno micro-ondas, refrigeradores, purificador de água gelada e outros. O investimento foi da ordem de R\$ 4 milhões.

Modernização tecnológica - O ambiente tecnológico foi atualizado, com a implantação de novos conceitos e novas soluções em tecnologia da informação e comunicação (TIC). Nesse sentido, o programa investiu em três ações que estão contribuindo para uma melhor gestão ambiental: Aquisição de infraestrutura de TIC, Solução de videoconferência e Modernização do parque computacional, somando investimentos da ordem de R\$ 3,620 milhões.



AÇÕES PARA A GOVERNANÇA FORTALECEM E DESCENTRALIZAM A GESTÃO

Ainda no âmbito do PDA Bahia, o ano de 2017 representou avanços para o fortalecimento e descentralização do Sistema de Meio Ambiente, com os investimentos no programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC). O GAC atua para promover o desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de forma integrada e adequada às competências de cada ente

federado. Neste ano, foram aplicados recursos em programa de formação; descentralização do Sistema SEIA, com o lançamento do SEIA Municípios; Núcleo permanente de apoio aos sistemas locais; e apoio aos consórcios públicos intermunicipais. A Sema celebrou 08 convênios com consórcios, beneficiando 106 municípios e uma população de aproximadamente 2.500.000 pessoas.

PROJETO PROMOVE REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO CACHOEIRA

ENTREGUES PLANO ESTRATÉGICO, DIAGNÓSTICO AMBIENTAL LOCAL, RESTAURAÇÃO FLORESTAL DE 150 HECTARES DE MATAS CILIARES, E CONTRATADO CADASTRAMENTO DE 14 MIL PROPRIEDADES NO CEFIR

O Plano Estratégico de Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira foi uma das ações do Projeto Cachoeira, inserido no Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA – Bahia). O valor investido no Plano foi de R\$ 1,4 milhão, sendo que o valor total do Projeto Cachoeira foi da ordem de R\$ 4 milhões. Além do Plano Estratégico, o projeto incluiu o Diagnóstico Ambiental Local, Restauração Florestal de 150 hectares de matas ciliares e o cadastramento de pequenas propriedades da agricultura familiar no Cefir. O Projeto Cachoeira teve como objetivo a recuperação e preservação da Bacia do Rio Cachoeira, por meio de ações que promovem a proteção de nascentes e cursos d'água.

O Plano Estratégico, entregue este ano às prefeituras e parceiros que integram a bacia hidrográfica, é um documento de política ambiental desenvolvido a partir do diagnóstico ambiental da região, de audiências públicas e de contribuições colhidas por uma plataforma online.



Cadastramento no Cefir – Quase 14 mil cadastros, num investimento total de aproximadamente R\$ 1,2 milhão, foram contratados por este projeto, visando a incluir todos os imóveis rurais de até 4 módulos fiscais da bacia no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CAR/Cefir), contemplando prioritariamente a agricultura familiar, e possibilitando a geração de um grande banco de dados sobre a situação ambiental da bacia. A ação contemplou os municípios de Barro Preto, Buerarema, Caatiba, Ilhéus, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itajú do Colônia, Itambé, Itapé, Itapetinga, Itororó, Jussari, Santa Cruz da Vitória e São José da Vitória.



CONCLUÍDO PROJETO PILOTO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL EM PEDRA DO CAVALO

AÇÃO REALIZOU REFLORESTAMENTO E IMPLANTOU VIVEIROS COMUNITÁRIOS E NÚCLEOS DE MELIPONICULTURA

A Sema e o Inema concluíram em 2017 o Projeto Piloto de Recuperação Florestal na APA Lago de Pedra do Cavalo. Com investimentos de quase R\$ 350 mil, foram realizadas ações de recuperação na APA Lago de Pedra do Cavalo, com a implantação de métodos de recuperação em aproximadamente 30 hectares nas áreas de Reserva Legal (RL) de 32 pequenas propriedades ou posses rurais familiares nos municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Conceição da Feira. O modelo implantado pode se tornar referência, e ser multiplicado em outras experiências exitosas para beneficiar a APA Lago de Pedra do Cavalo. Além dos 30 hectares plantados com 4.600 mudas nativas e frutíferas, seguindo o sistema agroflorestal (SAF), o Projeto Piloto de Recuperação Florestal deixou como legado dois viveiros com capacidade para produção de cinco mil mudas, mudas nativas e exóticas, 10 núcleos de meliponicultura com 10 caixas cada, e atendeu cerca de 200 proprietários e agricultores em oficinas e capacitações sobre agroecologia, produção de mel com abelhas nativas (sem ferrão), recuperação de áreas degradadas, propagação de mudas nativas e SAF.



INVESTIDO MAIS DE R\$ 1 MI EM MONITORAMENTO DAS ÁGUAS

Para ter um controle ainda mais eficaz dos recursos hídricos do estado, contribuindo para a gestão da água, o PDA investiu mais de R\$ 1 mi em Plataformas de Coleta de Dados (PCD) para monitoramento meteorológico, em 2017, adquirindo 10 plataformas, distribuídas nas RPGA do Leste e nas áreas de influência dos reservatórios que abastecem Salvador e RMS, além de outros municípios do Recôncavo Baiano. Foram adquiridas ainda, 8 Unidades de Monitoramento Remoto (UMR) da qualidade da água (valor), instalados nos reservatórios que abastecem a RMS. A ação amplia substancialmente a rede de monitoramento hidrometeorológico, permitindo uma gestão operacional mais eficiente dos principais reservatórios da Região Metropolitana de Salvador.



FOTO: VALDINEI SOUZA

BAHIA LIDERA O RANKING NA QUALIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Bahia é o Estado com as melhores práticas para liberação de licenciamento ambiental para empreendimentos empresariais no país. Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nessa ordem, fecham os cinco primeiros lugares do ranking do Índice de Qualidade do Licenciamento Ambiental (IQL), instrumento inédito elaborado pela consultoria AFRanco Partners que mapeia processos de governos estaduais na área ambiental.

O indicador, publicado em 26 de dezembro de 2017, pelo jornal Valor Econômico, surge de estudo sobre as implicações do caminho percorrido por empresários até a obtenção do licenciamento ambiental para a tomada de decisão de investimentos. Segundo a empresa responsável pela pesquisa, AFRanco Partners, a legislação ambiental brasileira se organiza, nas três esferas de governo, como um conjunto complexo de leis, decretos e resoluções com propósito de preservar o ambiente, mas que acaba gerando insegurança jurídica devido à falta de padrão, transparência e agilidade nos processos.

Para formar o IQL, 18 variáveis foram parametrizadas em três blocos principais: transparência, burocracia e prazos. Existência de manuais de licenciamento, serviços on-line, qualidade no atendimento e apresentação de informações de forma clara e acessível são alguns critérios do indicador. Dentro dessa lógica, a Bahia alcança pontuação máxima, com IQL 18. O desempenho está relacionado a várias mudanças implementadas desde 2012.



FOTO: ASCOM INEMA

Segundo **Márcia Telles**, diretora-geral do Inema, 179 técnicos de nível superior e médio foram contratados e todos os processos foram digitalizados e hoje são feitos pela internet. Márcia ressalta, no entanto, que a demanda ainda é maior que a capacidade operacional do Inema, realidade que vale para o país todo.

* Colaboração: Ascom/Inema

Valor ECONÔMICO

Home Brasil Política Finanças Empresas Agronegócios Internacional Opinião

Macroeconomia Setor Externo Infraestrutura

26/12/2017 às 05h00

BA lidera ranking de licença ambiental

Por Luciano Máximo | De São Paulo

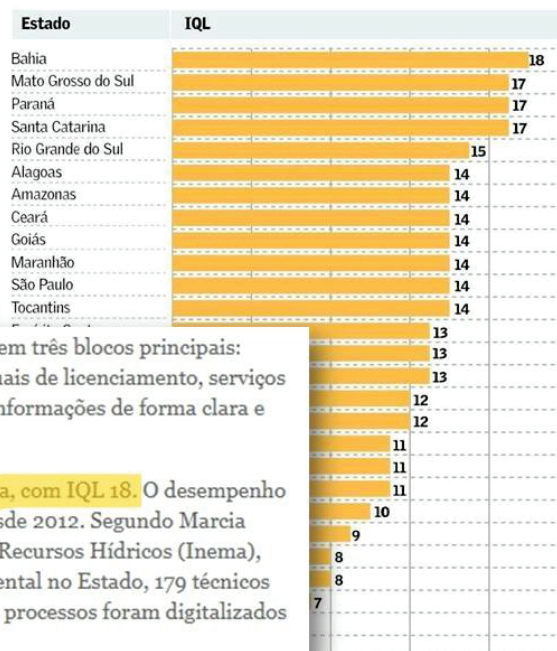
A Bahia é o Estado com as melhores práticas e com maior agilidade para liberação de licenciamento ambiental para empreendimentos empresariais no país. Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nessa ordem, fecham os cinco primeiros lugares do ranking do Índice de Qualidade do Licenciamento Ambiental (IQL), instrumento inédito elaborado pela consultoria AFRanco Partners que mapeia processos de governos estaduais na área ambiental.

Para formar o IQL, 18 variáveis foram parametrizadas em três blocos principais: transparência, burocracia e prazos. Existência de manuais de licenciamento, serviços on-line, qualidade no atendimento e apresentação de informações de forma clara e acessível são alguns critérios do indicador.

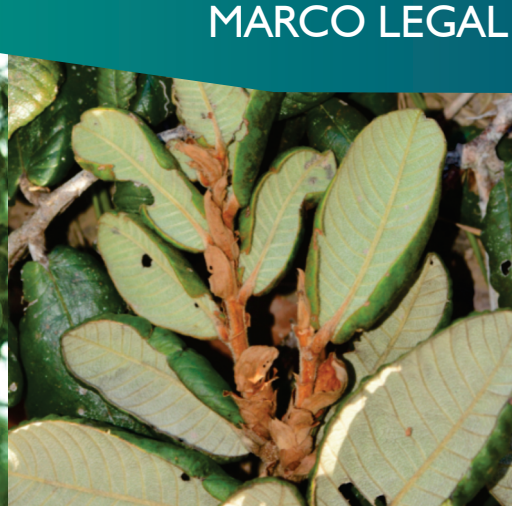
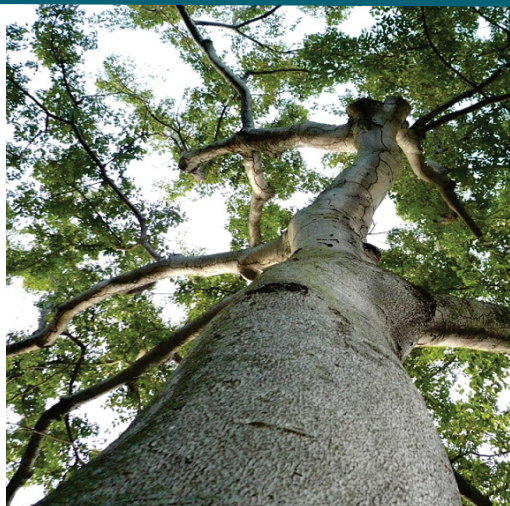
Dentro dessa lógica, a Bahia alcança pontuação máxima, com IQL 18. O desempenho está relacionado a várias mudanças implementadas desde 2012. Segundo Márcia Telles, diretora-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), órgão governamental responsável pela regulação ambiental no Estado, 179 técnicos de nível superior e médio foram contratados e todos os processos foram digitalizados e hoje são feitos pela internet.

Mais agilidade

Ranking do IQL*



Fonte: AFRanco Partners. *Índice de Qualidade do Licenciamento Ambiental é baseado em práticas e processos para a emissão de uma licença/autorização ambiental, com ênfase em critérios de transparência, burocracia e prazos.



SEMA PUBLICA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO NA BAHIA

EM 2017, A BAHIA SE TORNOU O SÉTIMO ESTADO BRASILEIRO A PUBLICAR SUA LISTA, OCUPANDO POSIÇÃO DE DESTAQUE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL.

Por meio da Portaria nº 37, de 15 de agosto de 2017, a Sema divulgou a Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia. O documento aponta que 331 espécies da fauna se enquadram em um dos níveis de ameaça de extinção no território baiano, ou seja, estão nas categorias Regionalmente Extinta (RE), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) ou Vulnerável (VU). Já a Lista Oficial das Espécies Endêmicas da Flora Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia foi publicada pela Portaria nº 40, de 21 de agosto de 2017, e apresenta 744 espécies da flora classificadas em um dos níveis de ameaça.

A Lista Vermelha, como é conhecida, é um instrumento essencial para ações e políticas que possam reverter o quadro de ameaça a essas espécies. As espécies ameaçadas passam a ser alvo de maior controle e de ações de proteção, conservação e recuperação. Com a publicação da normativa, a lista passa a ter implicações para o licenciamento



e a fiscalização ambiental, criando mais condições para proteção dessas espécies em algum nível de risco. A elaboração da lista de espécies ameaçadas do estado da Bahia foi o resultado da avaliação do estado de conservação destas espécies, num processo que envolveu cerca de 250 especialistas de aproximadamente 60 instituições. Foi avaliado um total de 3 mil espécies, sendo 2 mil da fauna e 1 mil de flora.



ENCAMINHADOS DECRETO E PROJETO DE LEI SOBRE PACOTE FLORESTAL

NOVOS MARCOS LEGAIS DEVEM DAR MAIS PROTEÇÃO E INCENTIVAR A VALORIZAÇÃO DAS FLORESTAS NO ESTADO

Com objetivo de garantir a segurança e valorização das florestas do estado da Bahia, a Sema encaminhou em 2017 o chamado Pacote Florestal, que inclui o Decreto Estadual de Regulamentação da Reposição Florestal e o projeto de Lei sobre a Compensação Florestal.

O Decreto que regulamenta a Reposição Florestal no estado da Bahia, encaminhado à Casa Civil em 2017 e publicado em janeiro de 2018, esclarece conceitos trazidos pelo Decreto estadual nº 15.180/2014 e apresenta a forma de cumprimento da Reposição Florestal, de maneira clara e segura, para os detentores de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), consumidores de matéria-

prima florestal e infratores. Regulamenta o pagamento pecuniário ao Fundo Estadual de Recurso para o Meio Ambiente (FERFA) como forma de cumprimento da reposição, visando a aplicação do recurso em projetos de recuperação da Reserva Legal de imóveis previstos no Código Florestal, em Reservas e Florestas Extrativistas de domínio público e em incentivos à manutenção e implantação de florestas de produção de matéria-prima florestal mediante as Cooperativas e Associações de Reposição Florestal.

Já o anteprojeto de Lei sobre a criação da Compensação Florestal, em análise na Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA), é o instrumento voltado à reparação dos impactos negativos gerados pelo corte ou supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo e cumprimento do acordo de "Desmatamento Zero".



DECRETO IRÁ REGULAMENTAR PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento econômico que visa a conservação e manejo adequado dos ecossistemas através de atividades de proteção e de uso sustentável, uma forma eficiente de incentivar a preservação ambiental. Para que a Bahia continue avançando na proteção e recuperação dos recursos hídricos e da biodiversidade, a Sema encaminhou para a Casa Civil o Decreto que tem por objetivo regulamentar a Política Estadual de Pagamento por Serviços

Ambientais e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, instituídos pela Lei nº 13.223, de 12 de janeiro de 2015.

A regulamentação irá repercutir de forma positiva no cenário da gestão ambiental estadual, através dos incentivos ao incremento e/ou manutenção dos serviços ecossistêmicos, conduzindo o Estado da Bahia a uma direção inovadora diante do pioneirismo do tema tratado.

SEMA ARTICULA FORÇA-TAREFA DE COMBATE AO DESFLORESTAMENTO NA MATA ATLÂNTICA



A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) iniciou, em junho de 2017, em Porto Seguro, uma força-tarefa de combate ao desflorestamento ilegal da Mata Atlântica, no Sul e Extremo Sul da Bahia. O secretário Geraldo Reis, técnicos da Sema e do Inema realizaram, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), reunião de articulação institucional, mobilização e discussão de ações para proteção do bioma, apontado pela Fundação SOS Mata Atlântica como um dos principais alvos de desmatamento no país entre 2015 e 2016.

Participaram, o promotor Regional de Teixeira de Freitas/Costa das Baleias e coordenador do Núcleo de Justiça Ambiental do Ministério Público, Fábio Corrêa, o promotor Regional do Ministério Público de Porto Seguro/Costa do Descobrimento, Antônio Maurício

Magnavita, o Major Cleber Santos, da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental de Porto Seguro-CIPPA/PS, o gerente executivo do Ibama em Eunápolis, Henrique Jabur, coordenador Regional Espírito Santo/Bahia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Rodolfo Mafei. Também integraram a reunião, os chefes das pastas municipais de Meio Ambiente de Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Ilhéus e Belmonte.

As instituições presentes formaram um comitê gestor para planejar e executar em conjunto ações de monitoramento, fiscalização e ações estruturadas. Com encontros realizados ao longo do ano, foram coordenadas ações de fiscalização envolvendo ICMBio, Ibama e Inema, e compartilhadas informações.



GESTÃO INVESTE EM MAIOR ABERTURA AO DIÁLOGO

Para avançar no aprimoramento da gestão ambiental do Estado, a Sema e o Inema, em 2017, investiram esforços para ampliar o diálogo com os diversos segmentos sociais e econômicos. O secretário Geraldo Reis iniciou a gestão estabelecendo maior aproximação com os servidores dos órgãos, ouvindo as demandas da Associação dos Servidores de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ASCRA), aproximando a gestão do Ministério Público, dos movimentos ambientalistas e sociais, assim como dos setores econômicos interessados em estabelecer parcerias. Em permanente abertura ao diálogo, deputados, prefeitos e instituições e entidades dos diversos setores foram recebidos para dialogar e contribuir.

Construindo relação mais próxima com os servidores, em reunião com representantes da Associação dos Servidores do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Ascra).



ASCRA

SERVIDORES



No Dia Mundial da Água, 22 de março, colaboradores da Sema, do Inema e URs participaram de reunião ampliada com o corpo dirigente, oportunidade de fazer a escuta dos servidores.

Aproximação com Ministério Público da Bahia fortalece colaboração mútua.



MINISTÉRIO PÚBLICO

CEFIR/CAR



Com o deputado Waldenor Pereira na entrega dos certificados do Cefir/CAR.



Visita à nascente do Rio Utinga, com o cacique Payayá, fez parte do esforço da Sema para enfrentamento à crise hídrica.

RIO UTINGA

BRIGADISTAS



No distrito de Guiné, em Mucugê, oportunidade de estreitar parceria com as brigadas voluntárias da Chapada.

Com o presidente da Associação dos Irrigantes da Bahia, Celestino Zanella, e o presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão, Júlio César Busato.



PRODUTORES

INDÚSTRIA



Sema presente na primeira reunião de 2017 do Conselho de Meio Ambiente do Sistema Fieb - Comam/Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Deputados, prefeitos e lideranças foram presenças cotidianas no gabinete da Sema, sempre aberto ao diálogo.



GABINETE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Encontro com o secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, Jair Tannus, para tratar sobre a licitação do Programa Água Doce.



Representantes do Banco Mundial acompanharam as ações do Programa Cerrado.

BANCO MUNDIAL

NOVA YORK



No lançamento do GEF IAP Commodities, secretário foi convidado da ong Conservação Internacional (CI), ao lado da Subsecretária Geral da ONU e Diretora Regional para América Latina, Jessica Faieta.

Sema e Inema marcam presença no Water for Food Global Conference 2017, em Nebraska (EUA).



NEBRASKA

ALINHAMENTO



Sema colaborou com mediação do Governo sobre conflito em Correntina.

Articulação e pactuação para a execução do CAR/Cefir para os povos e comunidades tradicionais da Bahia.



QUILOMBOLAS

Rui Costa
Governador

João Leão
Vice-Governador

Geraldo Reis
Secretário do
Meio Ambiente

Iara Icó
Chefe de Gabinete

Aderbal de Castro Meira Filho
Superintendente de Políticas
e Planejamento Ambiental (SPA)

Luiz Antonio Ferraro
Superintendente de Estudos
e Pesquisas Ambientais (SEP)

Márcia Telles
Diretora Geral do Inema

Welton Rocha
Chefe de Gabinete

Assessoria de Comunicação / Sema

Coordenação: Luzia Luna

Textos: Conceição Ferreira
Larissa Pamponet / Tiago Dantas

Fotografia: João Raimundo / Rui Rezende

Projeto Gráfico: Leandro Paiva

EXPEDIENTE